



**FACULDADE DE INHUMAS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE INHUMAS**

**CURSO DE PEDAGOGIA**

**DIENNY RANNY PIMENTA**

**SOCIODIVERSIDADE E OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS  
INDÍGENISTAS NO BRASIL**

**INHUMAS-GO  
2020**

**DIENNY RANNY PIMENTA**

**SOCIODIVERSIDADE E OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS  
INDÍGENISTAS NO BRASIL**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Faculdade de Inhumas (FACMAIS) como requisito para a obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

**Professor Orientador:** Me. Júlio César da Silva

**INHUMAS – GO  
2020**

**DIENNY RANNY PIMENTA**

**SOCIODIVERSIDADE E OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS  
INDÍGENISTAS NO BRASIL**

**AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO ALUNO**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia, da Faculdade de Inhumas (FACMAIS) como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Inhumas, 20 de novembro de 2020.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Me. Júlio Cesar da Silva – FacMais  
Orientador e Presidente da Banca

---

Prof. Me. Daniel Junior de Oliveira – FacMais  
Membro Convidado

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

**BIBLIOTECA FACMAIS**

P644s

PIMENTA, Dienny Ranny.

Sociodiversidade e os desafios das políticas educacionais indígenas

no Brasil/ Dienny Ranny Pimenta. – Inhumas: FacMais, 2020.

41 f.: il.

Orientador: Júlio César da Silva.

Monografia (Graduação em Licenciatura em Pedagogia) - Centro de Educação Superior de Inhumas - FacMais, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Políticas Públicas; 2. Indígenas; 3. Educação indígena. I. Título.

CDU: 37

À Professora Dra. Cleusa por apresentar a temática pesquisada; ao Professor Júlio César da Silva por dar continuidade as minhas ideias; ao meu leitor Daniel de Oliveira; à minha família e amigos que me incentivaram nesta jornada.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela vida e por me guiar nos caminhos certos, com saúde, força e foco. Me confiou essa etapa tão importante que se conclui apesar de nunca ter imaginado que um dia estaria em uma universidade e concluindo um curso. Acredito no propósito divino, assim como a educação transformou a minha vida, Deus me deu a oportunidade de transformar outras vidas.

Aos familiares que me incentivaram constantemente, me dando total apoio na vida e nos caminhos que percorri. Caminhos cheios de obstáculos que foram superados graças ao apoio dos meus avós que hoje não vou poder abraçar e dizer que consegui, mas tenho certeza de que estão do meu lado sempre. À minha mãe, meu irmão e minha filha pois eles acreditaram que eu superaria e venceria.

Aos orientadores, Cleusa e Júlio, eu agradeço intensamente pois sem eles não conseguiria. Em especial a professora Cleusa que deu início às orientações e logo passou para as mãos de anjo do professor Julio Cesar. Obrigado imensamente pelo incentivo, dedicação do seu tempo. Suas orientações foram extremamente valiosas!

Aos professores(as), pessoas importantes e fundamentais para essa conquista, agradeço intensamente pela paciência e incentivo, acreditando sempre no meu potencial (sobretudo quando nem eu mesma acreditava). Professores que fizeram o seu melhor para concluirmos esse curso com sucesso. Não citarei nomes porque posso esquecer alguém, mas sou muito grata a família Facmais.

Aos colegas de curso de muito obrigada por estar sempre do meu lado, mesmo nos momentos de stress, desespero, insatisfação, pânico mas vocês estavam sempre ao meu lado alegrando meus dias. Foram 4 anos de muita parceria, obrigada meninas!

*“ Nós vamos acabar com a violência quando  
resolvermos o problema educação”-*

Darcy Ribeiro

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABNT</b>	Associação Brasileira de Normas Técnica
<b>CEB</b>	Câmara de Educação Básica
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>CONEEI</b>	Conferência Nacional de Educação escolar indígena
<b>EEI</b>	Educação Escolar Indígena
<b>FUNAI</b>	Fundação Nacional do Índio
<b>GO</b>	Goiás
<b>IHGB</b>	Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases
<b>MAIC</b>	Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>ONG</b>	Organizações não Governamentais
<b>PN</b>	Plano Nacional
<b>SIL</b>	Summer Institute of Linguistics
<b>SPI</b>	Serviço de Proteção aos Indígenas
<b>SPILTN</b>	Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais

## RESUMO

Este trabalho tende a se direcionar a uma visão histórico sociopolítico da educação, direcionada aos indígenas no Brasil. Abordando os desafios das políticas educacionais para a diversidade na educação básica brasileira. Tal trabalho parte-se primeiramente de uma análise de trabalhos já produzidos, como Dissertações, Artigos e TCC's, Livros e teorias que abarcam a trajetória histórica indígena desde os processos de colonização, às novas concepções sobre a diversidade e educação indígena no Brasil contemporâneo. Dentre os documentos analisados para se obter uma visão histórico sociopolítico legal, abordaremos a Constituição Federal, 1988; LDB e a nova LDB; As políticas educacionais para a diversidade / educação indígena; formação pedagógica (continuada) em educação indígena; Portaria Interministerial MJ/ MEC nº 559, 16; Lei nº 10.639/03 2 11.645, na educação e no plano nacional. Por último, tomaremos como referência também, trabalhos pesquisados a partir do Scielo e os periódicos da Capes, que versam sobre as temáticas de ação pedagógica em escolas indígenas; diretrizes para a educação indígena; formação de professores. Trata-se de um trabalho bibliográfico, que visa compreender mais sobre a trajetória, histórica, legal e institucional, bem como compreender sobre os tipos de métodos, percepções, reflexões sobre como é entendida na sociedade educativa no processo de formação.

**Palavras-chave:** políticas públicas; indígenas; educação indígena.

## ABSTRACT

This work tends to be directed to a historical-socio-political view of education, aimed at indigenous people in Brazil. Addressing the challenges of educational policies for diversity in Brazilian basic education. Such work starts from an analysis of works already produced, such as Dissertations, Articles and TCC's, Books and theories that encompass the indigenous historical trajectory since the colonization processes, to the new conceptions about the diversity and indigenous education in contemporary Brazil. Among the documents analyzed to obtain a legal historical-socio-political view, we will address the Federal Constitution, 1988; LDB and the new LDB; Educational policies for indigenous diversity / education; pedagogical training (continuing) in indigenous education; Interministerial Ordinance MJ / MEC nº 559, 16; Law nº 10.639 / 03 2 11.645, in education and at the national level. Finally, we will also take as a reference, works researched from Scielo and Capes journals, which deal with the themes of pedagogical action in indigenous schools; guidelines for indigenous education; teacher training. It is a bibliographic work, which aims to understand more about the trajectory, historical, legal and institutional, as well as understand about the types of methods, perceptions, reflections on how it is understood in the educational society in the training process.

**Keywords:** public policies; indigenous people; indigenous education.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>1. A HISTÓRIA SOCIOPOLÍTICA DO INDÍGENA NO BRASIL</b>	<b>12</b>
<b>1.1. A EDUCAÇÃO DOS NATIVOS NA COLONIZAÇÃO BRASILEIRA</b>	<b>12</b>
<b>1.2. AS CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS DO ÍNDIO NO IMAGINÁRIO BRASILEIRO</b>	<b>17</b>
<b>1.3. A CULTURA BRASILEIRA E SUAS HERANÇAS INDÍGENAS</b>	<b>19</b>
<b>1.4. DIÁLOGOS SOBRE RECOLONIZAÇÃO NO BRASIL E A ERA VARGAS</b>	<b>24</b>
<b>2. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E AS POLÍTICAS INDIGENISTAS NA MODERNIDADE</b>	<b>29</b>
<b>2.1. AS POLÍTICAS INDIGENISTAS E EDUCACIONAIS</b>	<b>30</b>
<b>2.3. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E O DIREITO INDÍGENA À EDUCAÇÃO</b>	<b>32</b>
<b>2.4. AVANÇOS POLÍTICOS EDUCACIONAIS E A LDB</b>	<b>36</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>39</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe analisar e refletir bibliograficamente sobre a trajetória histórica e sociopolítica do processo de educação indígena. Discorreremos aqui sobre a trajetória histórica educacional dos indígenas no Brasil com o objetivo de perceber/destacar em quais bases essas leis têm sido colocadas em prática, se efetivando na realidade social. Outros fatores a serem pontuados se refere aos direitos legais dos indígenas, quanto ao processo de educação diferenciada, mesmo em escolas não indígenas; a participação dos indígenas na construção da história brasileira (o interesse é obter um esclarecimento legítimo e legal, construído e reconstruído, ao longo da formação do Estado brasileiro); os sobrepesos de diversos matizes que recaem sobre a cultura indígena, dentre eles cita-se a economia do país, e posteriormente as questões referentes aos direitos pautados na Constituição de 1988; a Lei 11.645/2008; Leis nº 10.639/2003; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Falar sobre a história indígena no Brasil, às vezes, requer considerar alguns aspectos que a própria historiografia tradicional acerca do tema, costumam sublimar, conduzem de forma não analítica/crítica. Deste modo, no primeiro capítulo apresentamos discussões produzidas sobre a história sociopolítica dos indígenas no Brasil e a história da Educação indígena brasileira, elencados às experiências teórico-metodológicas analisadas em produções acadêmicas, como dissertações de Mestrado, teses de doutorado; livros e documentos legais.

## **1. A HISTÓRIA SOCIOPOLÍTICA DO INDÍGENA NO BRASIL**

O capítulo que ora apresentamos, visa trazer discussões produzidas sobre a história dos indígenas no Brasil e a história da Educação indígena brasileira, no intuito de desvelar a questão do centro entre os dois povos: portugueses e nativos e as tensões que se desencadearam a partir desse contato.

Medidas e leis do século XXI, possibilitaram a abertura de caminhos para o reconhecimento das diferenças culturais existentes em nossa sociedade e da importância de gerarmos modelos educacionais e práticas pedagógicas que possam satisfazer as necessidades básicas de educação do povo brasileiro. (BARBOSA, 2004, p. 09).

Assim, damos destaque ao convívio entre esses povos e as estratégias de dominação que foram se acirrando por parte dos portugueses em detrimento aos nativos.

“Em tempos sombrios como os que temos vivido no mundo contemporâneo, em que a violência, o ódio, o preconceito e o racismo tem imperado no país, torna-se significativo e relevante incitar o pensamento analítico e reflexivo sobre os povos indígenas, povos esses que tem sofrido as consequências da falta de políticas governamentais que lhes assegure seus direitos adquiridos em forma de lei. Visto que, a “Constituição de 1988, lhes assegura o direito de manterem a sua alteridade cultural e institui como dever do Estado, a tarefa de conceder-lhes proteção” frente ao cumprimento de seus direitos legais”. (BARBOSA, 2004, p. 13).

Todavia, nos dedicaremos aqui, ao resgate e releitura das lições que a história dos nativos e suas concepções de mundo e vida social podem nos trazer, aliadas ao exame dos modos relacionais que a sociedade e o Estado têm oferecido aos indígenas desde os primórdios do encontro entre os dois “mundos”: Portugal e “Brasil” (que a princípio, recebeu outros nomes), cujo intuito central configura-se em criar um campo fértil para pensarmos a organização política, administrativa e econômica do país e suas relações com as diferenças étnicas e raciais, de modo a questionarmos que futuro queremos para o nosso país.

### **1.1. A EDUCAÇÃO DOS NATIVOS NA COLONIZAÇÃO BRASILEIRA**

O início da educação no Brasil, ocorreu a partir da chegada do primeiro governador Tomé de Sousa ao Brasil, pois nessa mesma embarcação vieram os

jesuítas que após 15 dias de sua chegada, instalaram uma escola de ler e escrever. Assim, deram início ao ensino voltado para a catequização, um meio de impor aos nativos os costumes que consideram corretos perante a doutrina ortodoxa. Os Jesuítas e os ensinamentos catequistas perduraram no Brasil até o ano de 1759 quando foram expulsos pelo Marquês de Pombal, mas antes que ocorresse seu retorno para Portugal, eles doutrinaram o ensino aos moldes do cristianismo por cerca de 210 anos (ARANHA, 2006).

Quando tiveram o primeiro contato com os indígenas e perceberam que eles eram capazes de produzir e reproduzir o que os jesuítas lhes ensinavam, deste modo logo instalaram um sistema educacional em que a princípio deram algum trabalho mais intenso aos jesuítas, por conta da divergência e falta de compreensão da língua tiveram dificuldades. Os nativos, falavam outra língua, tinham suas tradições, seus costumes e sua moralidade seguirá outro padrão, os quais foram condenados pelos padres e missionários cristãos.

Nesse sentido, a tarefa de catequizá-los não lhes foi tão fácil o quanto parece, assim, surgiram as dificuldades e os desafios quanto aos diversos moldes de adaptações, que ambos tiveram que se adequar. Logo, percebe-se que as construções das relações baseavam-se nas condições de poder político, representativo, ideológico, e capitalista.

Os missionários, pairavam sobre a certeza de que os indígenas precisavam receber e praticar os valores civilizatórios, pois acreditavam que a fé cristã e a obediência aos preceitos cristãos seriam capazes de salvar a alma da humanidade no pós-morte e que somente a fé poderia unificar os povos e minimizar as diferenças existentes entre as “nações”.

O início da educação e da pedagogia ocorreu no primeiro colégio em São Vicente que mais tarde foi transferido para Piratininga, dando início a cidade de São Paulo em 1554, os Padres com visão de empreendedorismo, começaram a se entender com os índios, o primeiro passo nesse sentido, foi aprender a língua tupi-guarani, o primeiro padre a aprender foi Aspilcueta Navarro que não tinha medo de adentrar as matas com intuito de evangelizá-los. Um dos destaques quanto ao aprendizado da língua, pode ser atribuído ao noviço José de Anchieta que se instalou junto aos demais com o mesmo propósito, que mais tarde foi o responsável pela criação da cartilha de gramática tupi. O ensinamento ministrado pelos jesuítas

durante o Brasil Colônia é reconhecido e considerado eficaz, principalmente quando se tratou em catequizar os indígenas. Mas, é relevante saber se a tempo alcançaram aos dos colonos também, pois eles podem ser considerados como um povo sem Deus, sem limites e valores, em detrimento aos nativos que possuíam suas próprias crenças e valores.

Os jesuítas, usaram algumas estratégias para conseguirem se aproximar dos indígenas, a priori chamaram a atenção das crianças indígenas, que por ainda serem inocentes eram mais fáceis de serem envolvidas a partir do uso de diferentes metodologias, assim atraíram também, a atenção dos filhos dos colonos. Neste período as crianças não tinham hábitos lúdicos, deste modo as metodologias aplicadas ao ensino e aprendizagem das crianças favoreceram a aprendizagem da fé cristã. Como aponta Aranha “[...] substituíram os cantos lascivos dos índios por hinos à Virgem e cantos devotos, condenavam a poligamia pregando a forma cristã de casamento.” (ARANHA, 2006, p. 141).

Essa citação de Aranha nos leva a refletir o quanto o ensino é motivado quando o professor parte de metodologias que visam aproximar os conteúdos ensinados à vida prática dos alunos, assim como se tornar aprazível quando os docentes se utilizam de formas lúdicas para ensinar os discentes.

A princípio, como melhor forma de comunicação, misturavam a fala utilizando as línguas de origem tupi, o português e o latim, mas logo com medo de que a língua nativa perpetuasse em meio as nações, começaram a impor que a língua nativa deixasse de ser usada por eles.

Nesse sentido, observa-se que apesar de os índios serem o alvo de seus interesses, era sempre eles que tinham que se adequar aos jesuítas, lembrando que não era de interesse do nativo ser integrado aos moldes civilizacionais da metrópole, mas era a metrópole que deseja integrá-lo ao seu processo colonizador. Assim, como não era desejo do nativo se converter, mas esse era o desejo do jesuíta que buscava a todo custo convertê-lo ao cristianismo. E ainda, não podemos nos esquecer da força contrária que os colonos também exerciam contra os indígenas, pois fazia parte da intenção dos colonos escravizá-lo.

Seguindo seus instintos catequizadores, os jesuítas e as missões se expandiram no primeiro momento buscando afastar os índios da visão dos colonizadores, pois eles acreditam que eles desvirtuam os trabalhos dos jesuítas,

assim buscaram cortar o contato dos índios com os colonos, passaram a construir casa para cada família, criaram normas e regras para estabelecer o convívio entre eles e caso fossem desobedecidas eram cruelmente açoitados para servir de exemplo aos demais.

As missões tiveram êxito durante alguns longos anos sem nenhuma interferência dos interessados, seguiam prosperando com uma significância positiva, pois trabalhavam sucessivamente, apesar de deixarem de viver em ocas e passar a viver em casas ainda tinham um modelo de tribos, apesar de apresentar um clima mais sufocante e desgastante para os indígenas.

No século XVIII com a expulsão dos jesuítas, os índios deixaram de seguir os ensinamentos dos jesuítas, que tinha como objetivo forçá-los a trabalhar de forma passiva. Mas, quem realmente adquirir conhecimento e se inserir de fato nos estudos eram os filhos dos colonos, embora toda forma de ensino ministrada nesse tempo girasse em torno da religião. A esse exemplo, cita-se que era aceitável que os dois filhos mais novos estudassem os ensinamentos da Igreja, deste modo muitos deles acabavam se tornando padres, essa era uma prática comum nesse período. O ensino Jesuítico se estruturava de modo a favorecer a formação humana, filosófica e teológica. Deste modo, observa-se que no que se refere ao aspecto religioso “[...] os jesuítas montaram a estrutura de ensino dando continuidade ao ‘ler, escrever e contar, nos colégios: a) letras humanas, b) filosofia e ciências (ou artes), c) teologia e ciências sagradas.” (ARANHA 2006, p. 143).

O ensino de humanidades, no qual se ensina a gramática e o latim era considerado de baixo nível, assim ele era oferecido a todos aqueles que frequentavam o curso superior, como o de arte, em que se tinha a opção de estudar teologia para que se mantivesse a obra jesuítica. A formação teológica garantia-lhes o direito de se tornarem padres ou mestres. Existiam também, os cursos de direito, filosofia, medicina, mas que eram vistos como cursos de pessoas sem religião, embora esses cursos não fossem oferecidos no Brasil. Assim, para que os jovens cursarem as Faculdades de direito, filosofia ou medicina era necessário ir para o exterior, estudar na Europa.

Assim, os brasileiros com situações mais abastadas eram mandados para a Europa e recebiam formação superior na Universidade de Coimbra em Portugal, a qual até hoje está entre uma das mais respeitadas e reconhecidas da Europa,

principalmente, se tratando do curso de Direito. Para manter seus interesses políticos e financeiros a coroa portuguesa apoiou totalmente a iniciativa do programa dos Jesuítas, o fato é que a educação jesuítica acrescentou pontos para a elite. Não há como negar, os jesuítas fizeram história e difundiram a ideologia imposta pela visão católica, mas, por outro lado, foram responsáveis pelo silenciamento das culturas indígenas.

Devido a alguns conflitos entre Portugal e a Espanha o Brasil sofreu ataques e invasões por questão capitalista, que segundo o autor a mais duradoura foi quando os Holandeses invadiram Pernambuco e ficou por volta de vinte quatro anos, a expansão do Brasil era feita pelos Bandeirantes, onde buscavam por materiais preciosos e mão de obra escrava que com as missões era possível capturar até uma tribo inteira levando ao extremo do escravismo e violência, atormentavam e aprisionavam.

Com a invasão surgiram novas culturas, povos com diferentes que se expandiram no território, assim pode se dizer que novos pensamentos se instalaram aqui, pois antes a formação não se tinham muitas visões pois a população era formada em torno da agricultura e da escravidão, assim poucos se interessavam pelas escolas, devido o progresso e a importância na vida social, a ampliação das escolas foi gradativo, incitado pelos pioneiros da imposição dos estudos, os mulatos, e se expandiu com os mestiços. Mas, em 1689 aconteceu a proibição de mestiços nos colégios jesuítas, embora logo essa medida impositiva deixou de ter valor, visto que essas escolas eram públicas e seus ensinamentos baseavam-se na própria cultura desses povos. Deste modo, mais uma vez, as culturas indígenas não faziam parte dos ensinamentos desenvolvidos nessas instituições, reproduzindo a desvalorização da cultura dos nativos.

Com a perda de parte das tradições, dos costumes e dos valores indígenas, nós brasileiros perdemos algumas de nossas essências (RIBEIRO, 2000). Desse fator nos desperta a curiosidade, no sentido de questionarmos: O que entendemos por cultura? Ainda persistem resquícios e influências da cultura indígena na cultura brasileira? A esse respeito, o que sabemos é que existem índios e que muitos deles ainda vivem em ocas, comem peixes e mandioca, sobrevivem da caça e da pesca e vivem seminus, alguns e têm o corpo coberto por cores e desenhos específicos. Quando se fala sobre os índios para a população desinformada sobre sua história e

cultura, as imagens que se tem são variadas e não dimensionam sua realidade.

Deste modo, percebe-se o quanto a cultura brasileira perdeu de suas essências, pois a miscigenação iniciada no período da chegada dos portugueses ao “Brasil”, contribuiu para que a cultura dos nativos fosse alterada, desvalorizada e silenciada no decorrer de nosso processo histórico, o comportamento, a língua fora os elementos mais danificados por influência dos colonizadores e do processo de ensino e catequização que os nativos sofreram. Desta forma, atualmente precisamos valorizar, respeitar e resgatar a cultura indígena na atualidade, de modo a compreender a relevância e a influência dos nativos na e para a cultura brasileira.

## **1.2. AS CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS DO ÍNDIO NO IMAGINÁRIO BRASILEIRO**

A primeira missa celebrada nessas terras que posteriormente foi denominada de Brasil, corresponde a uma das cenas mais significativas da história, pois demonstra o contato entre os portugueses os indígenas e denotam os conflitos e as tensões entre esses povos (SIMAN, 2001).

Embora algumas obras lusitanas desejem indicar que esse encontro foi harmonioso se valendo da visão de Pero Vaz de Caminha<sup>1</sup>. Assim, a representação da missa que os europeus buscaram difundir em meio a sociedade retrata o que eles denominaram de “nação civilizada”, embora haja engano quanto a visão de muitos, que ainda atualmente acreditam que os índios andavam nus e tinham costumes os aproximavam dos animais, outro mito da leitura é dizer que a harmonia prevalecia entre as nações.

Observa-se, que num primeiro momento relativo ao comportamento dos nativos acerca da missa, seguiu-se com um sentimento de admiração, percebia-se que os nativos buscavam imitar os portugueses e os obedeciam. Deste modo, logo tiveram a intenção de catequizá-los. Pedro Vaz de Caminha deixou um documento de suma importância para a história do país, o qual se refere a uma missiva, na qual relatou as suas primeiras impressões sobre essas terras e seus habitantes, denominada como “*A Carta de Caminha*”.

A carta de Caminha, serviu como base documental da imagem criada acerca do início da “nação” como denominaram os portugueses. Principiada

1 Pero Vaz de Caminha foi um escrivão português que fez parte da frota de Pedro Álvares Cabral e foi o responsável por descrever as primeiras impressões desde a chegada ao Brasil, em 1500.

pela difusão da religião católica, busca enaltecer a simbologia de que os portugueses foram os “civilizadores” do Brasil, “[...] a religião católica, associada à ação catequista sobre a população nativa, comporá a imagem na civilização nos trópicos, tornando-se a representação visual da fundação do Brasil. (SIMAN, 2001, p. 156)

Siman (2001), relata que em 1862 o artista Victor Meirelles recuperou a cena de “inauguração da nação” (onde Caminha descreve com detalhes a primeira missa) por meio da releitura interpretativa da Carta de Caminha, Victor deu forma artística a descrição do cotidiano esboçada na missiva, através da pintura de um quadro que atualmente encontra-se exposto no Museu Nacional de Belas Artes do Rio e Janeiro. A Carta de Caminha, foi utilizada por Victor como uma fonte documental para realização de uma pesquisa com alguns discentes. Deste modo, lhes fora solicitado que identificassem na representação visual da pintura da cena de inauguração da nação, alguns elementos específicos como: 1) o acontecimento ou a situação histórica ali representada; 2) que descrevessem os detalhes presentes no cenário de forma minuciosa; 3) que interpretam a pintura, 4) que pensassem e descrevessem sobre qual a intenção do autor da pintura ao realizar essa arte e qual relação poderia ser feita entre sua intencionalidade e o contexto relativo ao do século XIX no Brasil.

O artista, contou com a participação de 83 alunos, dentre os quais 62 deles responderam que a cena histórica representada no quadro fazia alusão a “Primeira Missa no Brasil”, enquanto sete deles responderam que o acontecimento representado na pintura retratava a “Primeira Missa e a invenção da descoberta”, três mencionaram que se referia ao “Surgimento da Igreja no Brasil”, outros três indicará que fazia alusão a “Chegada dos portugueses ao Brasil”, dois disseram que era a “Primeira Missa no Brasil e exploração”, enquanto outros dois mencionaram que se tratava da “Primeira Missa no Brasil com os índios para catequizá-los” e os últimos quatro estudantes se demonstram divididos entre algumas respostas, como a “conversão do dos nativos”, “uma missa celebrada e observada”, “primeira missa e primeira impressão dos índios para com os portugueses”, “realização de uma missa ao ar livre”. (SIMAN, 2012, p. 157).

Ainda que esses discentes tenham apresentado respostas diferentes, quanto a representação histórica da pintura do quadro, não há como deixar de reconhecer que foram unânimes em mencionar a presença dos portugueses, da Igreja Católica,

ou dos jesuítas na imagem, porém, nenhum deles se referiu a presença dos nativos como atores principais na pintura, e apenas dois conseguiram relatar a presença dos indígenas na imagem, mencionando que eles “assistiram a celebração da missa para serem catequizados”.

Nesse sentido, percebe-se que o imaginário coletivo que está inculcado na sociedade brasileira, não os leva a questionar sobre as violências sofridas pelos nativos e lhes é vedado a revelação de que nesse período os hábitos e costumes dos indígenas foram interrompidos pela falsa ideologia de que era necessário catequizá-los para que as suas almas não se perdessem no mundo pós-morte, o simbolismo da colonização “entre a Cruz e a Espada” mais uma vez prevalece no inconsciente coletivo brasileiro.

A fé cristã se fez presente neste contexto e assumiu juntamente aos colonizadores um lugar central, na ampliação do capital, contribuindo de forma mensuráveis, qualitativa e quantitativamente a “vontade de poder”. Para um maior crescimento geoespacial, e em representações de classes sociais.

Deste modo, há a percepção do quanto o tributo ao imaginário reflete na história do Brasil e no período educacional “[...] através dos seus discursos e práticas, mediados por diferentes veículos difusores do conhecimento, promove-se a autorização de interpretações e modos de interpretar o mundo físico e social (SIMAN, 2001, p. 162)”.

### **1.3. A CULTURA BRASILEIRA E SUAS HERANÇAS INDÍGENAS**

As origens das heranças indígenas na cultura brasileira, se trata de um tema bastante original e relevante para compreendermos a nossa própria cultura, apesar das interferências e da defasagem que sofreu ao longo dos anos e de ter se perdido um pouco em meio a tantos obstáculos, temos que reconhecer que parte da cultura indígena sobreviveu e foi repassada hereditariamente de pais para filhos, a esse exemplo pode se citar, o ato de cultivar, as habitações, formas de moradias, dentre outras. Além disso, herdamos também a genética, num tempo em que os europeus deixavam suas famílias em Portugal e passavam meses entre as viagens nos navios, eles acabavam se deitando com as índias, ocorrendo assim parte do processo de miscigenação no Brasil.

“Os primeiros brasileiros surgem da miscigenação genética e cultural do colonizador luso-europeu com os indígenas do litoral, plasmada nos quatro primeiras décadas após a descoberta. Essa protocélula da nação brasileira é moldada, principalmente, pelo patrimônio milenar de adaptação à floresta tropical dos grupos Tupi-guarani. Ocupando praticamente toda a costa, desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul, essas tiveram papel preponderante não só na unidade cultural como também geográfica do que viria construir o Brasil”. (RIBEIRO, 2000, p.97).

Outra influência da miscigenação foi o empreendedorismo, se trata do Brasil ter se tornado um país fértil e ter a sua produção aumentava, com o aumento a economia chamava cada vez mais atenção de imigrantes que vinham para o Brasil, primeiramente foi a açúcar pois havia em torno de 120 engenhos que logo se declinou, logo a seguir a criação de gado que alcançou o total de 180 cabeças, descobriram o ouro e o diamante no interior do Brasil, então a economia deixou de ser agrária e passou a ser mineração, o Maranhão teve destaque na colheita do algodão até ter os primeiros pés de café, mas sempre com o objetivo de exportação. As terras eram de grande porte com mão de obra escrava, sendo ela plantação, mineração ou fazenda de gado, a sociedade desigual pois os negros e os indígenas eram considerados seres desprezíveis, enquanto que para os senhores não se tratava apenas dos sustentos mais de fins lucrativos.

Ademais, a que se reconhecer que o mercado capitalista através do sistema exportador e escravista, massacrou o saber de uma nação desprotegida hoje o que resta dela são apenas imagens que foram construídas por outros povos indígenas como ocorreu no caso da pintura do quadro realizada por Victor Meirelles. Ou por meio de recordações de documentos que foram redigidos pelos europeus a partir de sua visão eurocêntrica e preconceituosa, como a própria Carta de Caminha, ou a Carta do Mestre João, deste modo como precisamos nos atentar para a necessidade de analisarmos com mais sentido e fazer prevalecer o resgate da memória de povos que tanto contribuíram para a construção do processo histórico, cultural e econômico do Brasil, e que tiveram suas vozes e histórias silenciadas ou intencionalmente esquecidas, mas, ainda assim, perceberemos que parte desta cultura ainda encontrar-se arraigada no modo de viver dos brasileiros.

Quanto às influências culturais, podemos citar alguns exemplos de acordo RIBEIRO (2000). As quais sejam, a Cultura crioula, se deu ao fato da miscigenação

através da imigração e do despertar dos portugueses pela mulher morena que se deu as matrizes da mulher brasileira sendo ela índia ou negra sendo do interesse aos prazeres e econômico devido aos trabalhos escravos, os escravos que fugiam e se escondiam no quilombo juntamente com demais aos pobres e mestiços dedicavam a vida na agricultura, mas por falta de ter onde plantar se tornou a população marginal da nação. (RIBEIRO, 2000).

Já a cultura sertaneja, se deu nas grandes caatingas do cerrado, uma dedicação a criação de gado, que é possível o fornecimento de carne, couro e serviços de animais, não era um serviço escravizado havia pagamentos de troca alimentícia atraindo povos pobres, mestiços, indígena que hoje é marcado como nordestino, baiano e goiano.

Quanto a cultura cabocla ou caboclo amazônico, essa iniciou-se quando as tribos ainda se desenvolvia na bacia da Amazônia, os índios sabiam técnicas agrícolas ali convive somente indígena não havia rastros de imigração, apenas trabalhos escravos ou não escravos que extraíam da mata algumas especiarias e condimentos que se destacou no mercado, o trabalho eram feitos por homens e mulheres escravos ou não, logo se deu o extrativismo da seringueira alguns povos partiam do nordeste iam rumo a Amazônia, a língua tupi passou a ser a língua geral através dos jesuítas.

Ademais a cultura caipira e caiçara, com predominância indígena surge os primeiros paulistas, nos contribuiu com alguns hábitos como por exemplo o tomar banho todos os dias, o paulista foi os primeiros bandeirantes, escravizador dos índios, descobridor de ouro, desbravador dos sertões se uniam como mutirões, já a caiçara é o caboclo raiz tupi, e tem hábitos como a mandioca e seus atrativos e a pesca.

A cultura gaúcha, de parte do extremo do Sul tem fortes traços indígenas como por exemplo a criação de gado trazidos por jesuítas, logo começaram a criação de muares, montarias, cargas de um lado para outro sendo de cavalo, de bois, e tinham a exploração de couro para alguns fins. O uso de materiais na construção de casas entre outros como por exemplo o machado, a enxada e o principal componente usado por eles na agricultura que é o fogo, além do cozimento dos alimentos é usado como adubo nas plantações, o cozimento das cerâmicas, e o abrigo nas casas e o modo da construção que se destaca em dois modelos, outro

fator é a rede de dormir, que mesmo antes do descobrimento do Brasil os índios já tinham hábitos de colher o algodão, a rede construídas pelos indígenas é mais simples, ela é fincada no chão, se teve certamente a ideia por termos um clima tropical, quente e úmido.

A caça e a pesca, o arco e flecha, são atividades que fazem parte dos hábitos de brasileiros também, os quais conhecemos de forma universal como uma herança dos índios, outra técnica usada para se proteger é o fogo, ou as boleadeiras que servem para imobilizar a caça elas entrelaçam nas pernas das presas, além disso algumas ciladas usadas na captura de animais para a alimentação ainda é usada pelo homem até os dias atuais apesar de muitos não ter o hábito da caça para a alimentação, mas pelo tráfico de animais, são exemplos o mundéu para animais maiores, arapuca para aves, arataca para caça de pequeno porte, o fosso buraco na água para capturar peixes, entre outros. O pescador tem uma origem de quase cem por cento indígena, a canoa é exemplo disso, mas a tecnologia propôs um meio mais fácil de pegar o peixe, por isso o arpão não é tão usado nos dias de hoje.

Na culinária indígena, o que ficou mais conhecida entre nós, se refere ao uso da mandioca que mesmo na atualidade ainda faz parte das mesas da sociedade brasileira, o modo de plantá-la e o manuseio com relação a essa especiaria também vêm dos indígenas que vai para além do conhecimento dos roceiros, com esse alimento se fazem diferentes pratos como bolos, quibebes, bejú, farinha, escondidinhos, bolinhos, mané pelado, dentre outros. Já a mandioca brava ou amarga também é utilizada na cozinha dos brasileiros, dela se extraem o sumo para o preparo de bebidas logo após coloca-se para secar apurando-se beijus, farinha que é utilizada mais ou menos 149 receitas diferentes, um dos mais populares é o arroz, feijão e a farinha, outra culinária que caiu no gosto da população foi o açai conhecido em todas as partes do Brasil e no exterior também, as bebidas de origem indígena fermentado não teve grande apreço igual a destilado mais famoso é o guaraná e a erva mate que já foi repudiada pelos jesuítas mas com a vinda dos bandeirantes logo teve uma aprovação maior e foi se alastrando até a exportação foi o segundo produto mais exportado.

Na Medicina popular, nas magias e na arte, era habitual usar plantas medicinais, rezas em rituais religiosos de sua cultura. Sabemos que existem vários

pontos de vista para o folclore e sua forma de sobrevivência, para os religiosos consiste num tipo de mágica e para os profissionais da saúde esse hábito é só mágico não possui êxito comprovados, porém o fato é que existem reflexos desses hábitos em nossos ancestrais. Entre outros mitos, existem as assombrações e as crenças de que são relatos provindos das rodas de conversas e faziam parte de uma tradição contada oralmente pelos mais velhos.

Quanto a língua portuguesa adotada como língua oficial no Brasil, a esse respeito sabemos que a nossa se trata de uma herança de origem portuguesa. Mas nos primórdios da colonização brasileira, ela passou por algumas mudanças, mediante influências dos indígenas, basta olhar a origem das palavras em diversos dicionários da língua portuguesa. Assim, nos certificamos de que apesar de o nosso idioma ser português não perdemos as influências dos indígenas

Ademais, não como esquecer que durante a colonização houve uma mistura de línguas faladas também, em decorrência dos jesuítas terem levado constantemente o catecismo para os povos indígenas, assim eles introduziram o tupi-guarani em várias tribos, como por exemplo os tukanos, os aruak, os karib entre outros. Lembrando que esse fator contribuiu para dificultar as comunicações entre algumas tribos. Contavam com aproximadamente 688 grupos, os quais falavam 1.492 línguas diferentes. Aos poucos o tupi ficou conhecido como a língua oficial dos indígenas e os jesuítas se apressaram em aprendê-la, embora isso mude posteriormente.

Dentre essas línguas faladas, 130 tinham como origem a língua tronco tupi. O nheengatu, era uma língua utilizada em diversas tribos, que continuaram com sua língua. Já as crianças, se tornaram monolíngues que mais tarde se tornou a língua oficial da Amazônia ensinada a todos os indígenas e aos filhos dos portugueses. O nheengatu, foi falado até pelos Africanos. Contudo, infelizmente diversas línguas foram extintas, não por falta de serem ensinadas, mas devido as tribos terem sido extintas, por fatores como doenças ou pelas violências sofridas. Depois da expulsão dos Jesuítas revoltosos resolveram que o nheengatu era uma língua muito fraca e passou ser ensinado a língua portuguesa nas escolas. O autor relata que ainda existem vestígios da língua nheengatu por volta de 1978, em São Gabriel da Cachoeira, por meios ao Rio Negro nas pessoas mais velhas de residiu no local.

A arte tribal demonstra símbolos, fantasias pintados pelo corpo além do

próprio corpo ser usado em algumas manifestações, embora os índios serem confundidos com selvagem por terem uma cultura de andar nus desde de 1500, em vez de roupas usam pinturas geométricas, abstratas, penachos, arabescos.

A pintura serve para embelezar o corpo e é compreendida entre eles como um modo de se proteger contra picadas de insetos e do sol ardente, outro fator relevante se refere a criatividade de enfeitar as casas, as cerâmicas, os tecidos e os utensílios em geral.

Há que se perceber que os dominantes brancos desvalorizam às criações primitivas, embora a classe capitalista dão atenção às obras de valores universais pintados por grandes artistas, enquanto os primitivos são anônimos e não tem o destaque no mundo das artes, suas obras são vendidas pelos comerciantes que lhe dão altos lucros, a cultura indígena e a cultura popular é vista de forma inferior, ainda há o preconceito não há valor ao sistema social. (RIBEIRO, 2000. p.156).

A arte popular é vista como camponeses, diferente da arte culta e de massas que têm interesse da burguesia e da massa urbana, por isso o artesanato tem classes sociais e desigualdade cultural, assim fica bem específico que o símbolo foi esquecido e o que define hoje em dia é a política ou a identificação nacional.

#### **1.4. DIÁLOGOS SOBRE RECOLONIZAÇÃO NO BRASIL E A ERA VARGAS**

Diante disso, foi através da socialização, que o Brasil sofre alterações de modernização, com a chegada dos grupos europeus a qual faziam parte da elite e consideravelmente moderno já impôs a política, uma política que passou alterações mas que até hoje temos rema, o Brasil está à mercê da elite até os dias atuais, uma esfera política que divide a nação, de um lado os ignorantes e de outro os modernos.

Mais além da divisão dos grupos ainda decidia o futuro da nação que gera em tornos dos interesse próprio, e acreditando que a modernização vinham dos padrões europeus que se constituem o capitalista. Os indígenas, figura de modo configurado representava o território imperial, símbolos considerados ultrapassados, mas que serviam para trabalhar pesado para a evolução da nação, criam então uma política indigenista, uma integração ao social moderna, deixaram de massacrá-los e

passaram a evangelizar, a civilizá-los e expandir, explorar o território com o primórdio de ter um país economicamente capitalista.

Uma modernização capitalista que se deu na era republicana, um modelo de urbano industrial incentivador da sociedade a buscar a modernização de um novo mundo porque o Brasil estava atrasado em questão da evolução brasileira, ou seja, ainda está no modo selvagem.

Com a visão dos europeus a situação dos direitos dos indígenas foram ameaçados e assim se dá a história mal contada que as vezes me sinto envergonhada de ter repetido o que tantas vezes foi imposto na minha formação, é preciso dar seguimento na constituição do conhecimento, não apenas buscar representações de ler o mundo, pois toda história é estruturada de poder seja político ou econômico, porque começamos a contar a história do descobrimento do Brasil se queremos desconstruir esse título preconceituoso, sem pudor, precisamos contar a história do Brasil do ponto das nações indígenas que aqui já existiam.

Esse erro mais uma vez fica por conta das políticas que segundo a autora (RODRIGUES, 2011) foi dividida entre:

[...] ao longo de toda a colonização, os povos nativos da América eram tidos como "bons selvagens" ou como "selvagens". Essas duas imagens diversas e contraditórias dos índios foram sendo construídas desde os primeiros contatos dos europeus com as populações nativas do Novo Mundo, sendo perpetuadas ao longo de toda a colonização da América pela historiografia mundial. (RODRIGUES, 2011, p. 208).

As divergentes histórias como sendo os indígenas os protagonistas e interesses diversos, onde um dos Os primeiros debates indigenistas aconteceram no IHGB1 em 1832, com pressupostos de uma história moderna, um dos primeiros interessados, foi o intelectual romântico, Francisco Adolfo de Varnhagem, uma visão de etnografia para o estudo de línguas. Em 1840, houve uma nova proposta de etnografia que foi aprovada em 1847 com intenção de estudar antepassados, ou seja, um estudo abrangentes para dar seguimentos as políticas indígenas. Com esses propósitos de estudos, incluíram a possibilidade da inclusão das tramas no processo de história do Brasil.

Varnhagen entre outros, elevaram o tema indígena que levou o prestígio institucional, como o principal elemento da nação brasileira. O discurso de Gonçalves de Magalhães, ao referir-se a Varnhagen, o coloca como, alucinado e

romântico que transformou o índio e a natureza como símbolos da independência. Logo, a autora Vânia Moreira, cita que Magalhães não se considerava romântico, mas sim crítico, não concordava com a ideia das teorias deformadas e nem dos documentos defasados que eram repassados.

Gonçalves Magalhães, acreditava que Varnhagen era um seguidor dos partidos e assim era incapaz de ter uma visão crítica perante as circunstâncias que os índios estavam, por isso articulou a existência da documentação regida pelo próprio Varnhagen que regularizasse a posição dos índios, deixando de serem vistos como selvagens e incluíssem como homem civilizados e com predicados cognitivos, posicionou que cada grupo vivam de escolhas.

Como já é de se esperar há vários relatos sobre a origem favoráveis ou não do envolvimento dos índios com a europeia, aos olhos dos poetas modernistas, houve também, uma crítica da inserção europeia ao povo brasileiro, em 1928 no manifesto antropofágico onde, glorificou a idealização dos índios antes do descobrimento.

Getúlio Vargas, em sua capacidade visionária para o crescimento e expansão da nação, articulou uma nova forma de governo com pensamentos precisos, como novas formas de economia, política construtiva, representada por uma cultura social. Perante isso, Vargas foi inovador ao se posicionar por uma causa, que alavancaria grande importância no reconhecimento da cultura deste país.

Sim, os esquecidos por muitos mas sendo protegidos por um idealizador, os povos indígenas foi o epitáfio do novo conceito de governo de Vargas, que segundo a autora em 1940, Getúlio Vargas visitou a aldeia dos índios Karajás situado na ilha do Bananal onde foi o primeiro presidente a fazer tal gesto.

Sendo assim, os povos indígenas entraram em uma nova concepção de vida perante os olhos de Vargas, Iniciado o seu processo visionário junto com seu órgão protetor pela causa indígena e sua delegação. Em sua viagem à Karajás, ouve bastante movimentação pela inocente classe indígena que no qual lhe apresentaram diversas solenidades culturais de seu povo.

A viagem de Getúlio Vargas a esse extremo universo paralelo desconhecido pela classe social humana não foi apenas uma aventura a uma região desconhecida. Com ajuda de tecnologia e mobilidade foi possível adentrar a

localidades que jamais conseguiriam por meios comuns.

Junto a uma vasta equipe de profissionais, uma equipe de imprensa possibilitou um acervo de conteúdo sobre a tribo indígena que então se tornaria algo raro e único perante a social-democracia que o país se encontrava. Inúmeras filmagens causando boa impressão sobre a harmonia entre índios e brancos seria uma jogada avassaladora ao novo conceito de democracia. Ali então se iniciou a aliança do estado social as tribos indígenas que representavam uma pequena minoria entre a imensa população do país, a imagem indígena deixaria de ser oculta e gradativamente entrariam em um acervo político onde a reformulação de áreas, terras e regiões seriam pauta muito importante para esse novo governo que iniciará.

Segundo a autora a descoberta dos índios fez parte da campanha governamental para popularizar a marcha para o oeste lançada na véspera de 1938. Getúlio Vargas em projeto "MARCHA PARA O OESTE", vislumbra em sua caminhada pelo oeste com pensamentos firme sobre o grande território que encontraria para expandir suas ideias e principalmente seus interesses já que essas regiões eram pouco povoadas justamente pela grande procura da população pelas regiões litorâneas, Vargas via o oeste como lugar ideal, e seus defensores aprovou a iniciativa ao merecimento dos trabalhadores da terra e defensor da pátria, uma tendência de estado novo estava se iniciando, pois viria uma possibilidade de cidadania e direito ao povo hostil, Vargas abraçou a causa indígena.

Os povos indígenas sabendo dessa grande população migrou-se para o interior em busca de uma região mais tranquila onde poderiam seguir suas vidas sem que sejam incomodados pelos brancos. Mas ao que tudo indica essa tranquilidade estava por um fim com a chegada de Vargas.

A vida indígena passaria por um processo de mudança, ou seja, Vargas como os portugueses chegou conquistando esses povos tanto indígenas como trabalhadores simples do campo com meios de transporte, escolar para o ensino de todos, e principalmente trabalho. O rico solo fértil e as grandes riquezas ali encontradas por Vargas e sua comitiva foram basicamente um epitáfio de felicidades ao olhos desses urbanos, já se imaginavam a riqueza e principalmente o poder que conquistaram tendo esses povos os glorificando. Com o trabalho de Vargas para enaltecer os povos indígenas uma grande e importante figura surgiu para se tornar o responsável pela causa no qual vamos conhecer como Rondon.

Com ideal de Vargas o governo Federal dignificou um promissor dos índios, o diretor do SPI, José Maria de Paula em 1944, mas não foi nada promissor, os indígenas teriam que dar sequência a luta de direitos válidos, como por exemplo o direito das terras.

Os autores Gardied E Coolege (2000, p.24) relata que

Sob Vargas, o Estado continuou a cultivar uma relação com os grupos indígenas fundamentada na legislação ditada décadas antes. O Código Civil de 1916 definiu os índios como “relativamente incapazes” em relação a questões civis. Em 1928, eles foram colocados sob um sistema de tutela federal, administrado pelo SPI. Em teoria, a tutela se destinava a proteger os grupos indígenas – muitas vezes despreparados ou não familiarizados com o sistema sócio-econômico brasileiro – da exploração. (GARDIED e COOLEGE, 2000, p. 24)

A paixão de Vargas pelo Brasil, difundiu a raça europeia indesejada, difamou contra os europeus, idealizou e expandiu o eurocentrismo que se idealizou em outras nações como mostra Gardied e Coolege (2000, p.14):

A paixão do Brasil pelo índio na era Vargas fez parte de um movimento continental de expansão do interesse pela cultura indígena e pelas políticas indigenistas. O Dia do Índio, por exemplo, foi promovido no Congresso de Pátzcuaro em 1940, reunião internacional patrocinada pelo governo mexicano que tinha por meta desenvolver a compreensão cultural dos povos indígenas e projetos para a sua integração. Mas, se o México liderou o movimento indigenista continental, sobretudo com a organização do Instituto Indigenista Interamericano, este movimento também encontrou adeptos no Brasil. (GARDIED e COOLEGE, 2000, p.14)

As condutas e vinculação com o estado novo em questão da política indígena no Oeste do Brasil era vista como interrompimento do desenvolvimento, pois o ideal eram as qualidades positivas do domínio elitista, assim o grupo que partiam encontraram obstáculos diversos, eles eram vistos sem ética.

## **2. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E AS POLÍTICAS INDIGENISTAS NA MODERNIDADE**

As diversas relações políticas ligadas as questões indigenistas e educação são variadas e se modificaram ao longo dos momentos históricos, mas que é de suma importância para entendermos a construção e evolução das tais políticas educacionais indígenas, no primeiro contexto o índio era visto como selvagem que precisava ser civilizado. Esse termo selvagem gerou sérios conflitos que sobrevive meio a sociedade, conflitos herdados de um passado cheios rupturas, desigualdade, preconceito.

Como a educação possibilita a quebra do paradigma desigualdade social e possibilita ter acesso ao mercado de trabalho mais amplo, para os indígenas a educação possibilitou o avanço no mercado, a parte igualdade nós esqueceremos neste trabalho, pois acredito que não se pode falar em igualdade social entre índios e raça branca, a educação serviu para o trabalho, desde a colonização o intuito da ação dos Jesuítas era melhorar a economia do estado.

A suposta modernização se deu a partir da civilização dos indígenas, no primeiro momento se cria o indigenismo brasileiro constituído em 1910, sendo a MAIC (ministério da agricultura, indústria e comércio), mais tarde surge o serviço de proteção aos índios e localização dos trabalhadores nacionais (SPILTN), que se tornou o SPI em 1918 (serviço de proteção aos índios). O propósito do SPI tinha como doutrina o positivismo, ou seja, uma proposta de nacionalidade, que possibilitou a autonomia no campo afastando os missionários e os colonos, visando uma integração laica e militarizada. Mas que manteve uma defesa das fronteiras do país. A proposta do SPI caiu por terra em 1953 pois perceberam falhas nas suas ações de integração.

Segundo os autores (NASCIMENTO E OLIVEIRA) a domesticação e civilização foi a base da educação que se pode desempenhar papéis como integração de uma estrutura econômica do país dos índios como trabalhadores rurais, e introduzir o sentido da nação, os autores aponta que em 1953 a SPI trabalhava com duas propostas que foi a criação do clube agrícola e inclui ao currículo as disciplinas da prática agrícolas para os meninos e para as meninas as atividades domésticas, o objetivo da política SPI foi um método de manter os

indígenas mais próximos com sua realidade, estar condizente com a cultura indígena no termo de educação, sair do modo alfabetização e ir mais para a sua realidade, esse termo foi a partir de 1950 com o programa educacional indígena. O único objetivo das políticas educativas para os indígenas, foi concretizada nas ideias de civilização indigenistas, ou nacionalizá-los, assim a política educativa e as ações dos grupos que foram instruídas pelos laços entre estado e os povos indígenas na questão educacional na década do século XX foi fortemente marcado pelas iniciativas dos órgão indigenistas do estado enquanto foi direcionada pela gestão da EEI. A política educativa e as ações dos grupos indigenistas foi perdendo a força, pois o principal objetivo na realidade era a paz, a civilização e educação como em qualquer década vai sendo deixada de lado e fica à mercê do governo.

Como o movimento indigenista foi perdendo a força, os povos indígenas voltaram a ser ignorantes e totalmente dependendo do governo, logo mais gera conflitos entre disputa de terras para a expansão da economia nas fronteiras, e como sempre a educação fica em segundo plano, como os indígenas ficaram à disposição do governo que tinham a intenção de expandir a economia geraram conflitos entre os dois grupos que chamou a atenção no período ditatorial não foi de acordo com o SPI e reivindicou os governamentais do grupo, assim o SPI foi extinto, em dezembro de 1967 a FUNAI foi criada como resposta da ditadura (1964-1985), uma renovação política abrangente militar que tinha como propósito torná-la internacional, uma política indigenista aceita pelo mundo, mas tudo se girava em torno do desenvolvimento econômico e defesa nacional.

No que se refere à ação educativa da Funai, podemos dizer que ela foi marcada por ambiguidades em relação ao SPI, uma vez que, por um lado, apresentou continuidades no que diz respeito ao objetivo de assimilação dos indígenas à sociedade nacional e, por outro, reconheceu a importância das línguas nativas nos processos de alfabetização dos indígenas. Para tanto, a Fundação firmou convênio, a partir de 1969 até 1991, com o Summer Institute of Linguistics (SIL), instituição norte-americana de caráter religioso que, desde a década de 1930, vinha desenvolvendo trabalhos de pesquisa linguística com comunidades indígenas latino-americanas. Uma das principais formas de atuação do SIL era através da tradução da Bíblia para as línguas indígenas, numa espécie de retorno à ação missionária que caracterizou os projetos educativos voltados para os povos indígenas no período colonial (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2012, P.771).

## 2.1. AS POLÍTICAS INDIGENISTAS E EDUCACIONAIS

A política educacional procurou ter atenção com as diferenças linguagem dos indígenas e procurou normalizar na portaria nº 75/N em julho de 1972 a necessidade do aprendizado em várias línguas para se tenha interação social, e regularizar a grafia de acordo com a língua portuguesa, buscando sempre mediar o melhor aprendizado dos conteúdos.

Uma associação da FUNAI/SIL se lançou para alcançar objetivos de inovação, sendo os indígenas os protagonistas, essa parceria promoveu cursos, investiram na formação dos índios para que auxiliassem na mediação no ensino, mas esses cursos tinham como objetivo o ensino da leitura e da escrita na sua língua mãe para se alfabetizar as crianças e a comunidade, mas que não foi bem-aceita pelos professores “regentes” eles desacreditaram da importância e a capacidade dos monitores bilíngues que mesmo estando inferior fez surgir o professor de língua nativa que foram em busca de projetos com intuito de uma educação diferenciada.

Segundo os autores a importância do aprendizado na língua mãe se deu dois anos depois que a política educacional ganhou força com a movimentação política em 1970, quando debateram a forma de organizar relações da educação e dos indígenas, essas novas relações educativas deixou de fazer parte da FUNAI e foi para o MEC no decreto nº 26 de 1991, o decreto afastou o serviço das ações indigenista e estado, a partir daquele momento quem elaboraria as portarias ficar responsável seria os variados Ministérios.

Neste caso, as políticas educacionais passariam a ser influenciadas por outros atores e agências de mobilização política, com o advento, a partir dos anos de 1970, de novos sujeitos políticos na arena pública nacional, tendo rebatimentos na forma de organização política e administrativa da relação entre indigenismo e políticas educacionais.

Decreto n. 26, em seu artigo 1º, “ao Ministério da Educação a competência para coordenar as ações referentes à Educação Indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, ouvida a Funai” (destaque nosso). Desse modo, de protagonista, este órgão passou à condição consultiva de ser “ouvido” no campo das políticas de EEI. Contudo, na prática, sua atuação não se limitou ao estabelecido nesta nova “divisão do trabalho” político-administrativo (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2012, p.773).

Seguindo a mesma ideia dos autores eles relatam a legislação como um dos pontos cruciais da educação indígena no Brasil eles citam o regime interno da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), neste estudo ele aponta o art. 2º, inciso VI, “garantir às populações indígenas uma educação escolar diferenciada e que dê acesso aos conhecimentos e ao domínio dos códigos da sociedade nacional, a fim de assegurar-lhes a participação na vida nacional em igualdade de condições”, além desse art. ele cita vários outros em questão ao tema educacional, como o art. 78 onde a FUNAI defendi currículo específico a valorização das línguas maternas, uma ação que possibilitou a extinção das línguas indígenas maternas. A FUNAI continuou defendendo os interesses da política educativa indigenista dentro das ações do EEI, impôs atribuições para o sistema de ensino, queriam ir mais profundo como definir diretrizes e elaborar currículos para regularizar escolas dentro do seu contexto indigenico de acordo com o regimento de 1993, que manteve até julho de 2012.

Ao tentar manter as funções educacionais a FUNAI não impediu as mudanças institucionais que por decreto passou a ser do MEC, que por vez dividiu por Ministérios específicos enfraquecendo a FUNAI, assim a FUNAI passou a medir forças com demais agências que buscava os direitos dos povos nativos, o autor cita o decreto nº 26 que por não ser revogado supostamente por falta de apoio dos indígenas e a sociedade que a FUNAI perdeu a importância a questão da EEI.

Foi a grande nação que instigou meios institucionais do estado que generalizou os índios como a raça de classe inferior, dividiu se em índios e brancos se se evolui até os dias atuais, pois a intenção era diluí-los na sociedade civilizada, índios foram sobreviventes meio aos conflitos gerados com o propósito de modernizar, se predestinou as lutas, debates que tinham objetivo de excluí-los desde a colonização, uma árdua luta que foi reconhecida e legalizada na Constituição Federal (FD) no ano de 1988, a lei reconhece o direito de suas “línguas maternas” no âmbito escolar. (NASCIMENTO, OLIVEIRA, 2012).

### **2.3. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E O DIREITO INDÍGENA À EDUCAÇÃO**

A Constituição Federal assegura que a língua materna poderia ser usada para ensino aprendizagem, mais o ensino seria em língua portuguesa, a constituição

não garantiu todavia os direitos de permanecerem com a língua e sim infiltrar a língua portuguesa ao meio indígena, mas, mesmo assim, já foi de grande avanço pois mobilizaram alguns grupos sociais étnico-raciais que buscou um novo contexto democrático.

Ao relatar sobre o campo educacional a autora traz pontos importantes para se refletir, o currículo traz um modelo pronto e imposto, mas como seguir o modelo pronto nas escolas se as culturas variam de acordo com cada região, podemos dizer que somos bilíngues e está aí mais um tema a ser refletido pois os livros didáticos traz apenas a língua portuguesa como a oficial, com isso a desvalorização das línguas e das culturas, e como os professores podem trabalhar uma educação diferenciada nos espaços escolares para garantir as diversas expressões, pois esse é um tema bem crítico no pensar dos professores, pois a educação indígena é um tema amplo que precisa ser lapidado dentro da sociedade, ou seja, uma mão dupla de conhecimento. (SILVA; SILVA, 2016).

Em uma entrevista citada por (KURROSC; SOUSA; VEZON, 2012), Allegretti Venzon descrevi sua integração no grupo da ONG descrevendo a perda de identidade, na entrevista em 1978 fala da expulsão dos posseiros na terra indígena resultando em mobilizações no Rio Grande do Sul, na entrevista ela relata [...] "garantia dos direitos das comunidades que não tinham terras reconhecidas e, junto a isso vinham as demandas vinculadas à saúde, à educação e às questões ambientais", um momento onde buscava recuperar as terras, e mobilização em função da Constituição de 1988, e 1989 o direito da educação indígena ser atendida pelo próprio estado do Rio Grande do Sul pois a década anterior era uma educação de parcerias os monitores bilíngues que até então seria de qualidade excelente mas não podiam prestar concursos públicos nem serem contratados para exercer suas funções nos municípios pois não eram certificados, a ideia da integração nacional no estatuto do índio, foi a transição do bilinguismo, ou seja, alfabetizar as crianças em Kaingang e logo depois a transição do aprendizado em língua portuguesa.

A Constituição de 1988, inaugurou corpus jurídico, no qual a visão era totalmente aos indígenas, eles procuravam orientar o processo de reprodução da política trazendo novas propostas como o sociocultural, outro fato foi a reconhecimento do direito da língua materna no processo do aprendizado, a Constituição movimentou essas propostas juntamente com grupos indigenista que eram de acordo com a administrativo e assim foi abrindo novos caminhos com os atuais e os antigos que já vinham nesta luta, luta que ocorreram os direitos diferenciados na educação como a

Convenção de 169 de 1957 que levantaram avanços significativos e diferenciados aos indígenas, outra convenção significativa, OIT (organizações Internacionais do Trabalho) de 1989, promulgada 2014, deixando a ideia de proteção e integração historicamente e proclamou o direito da autoidentificação onde se constata a liberdade, democracia, no qual deixasse de depender totalmente de grupos e passaram a se reconhecerem na sociedade assumindo o controle das instituições e passou novas orientações na política educativa assim passou a ser um avanço na diversidade brasileira, Os autores relata o afastamento da proteção e integração da nação indígena (NASCIMENTO, OLIVEIRA, 2012, p. 773 e 774)

Estes reconhecimentos de direitos diferenciados postos pela CF e, posteriormente, também, no que se refere especificamente à educação, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)<sup>5</sup> estavam em consonância com o disposto na Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989, promulgada pelo Brasil em 2004. Afastando-se dos ideais de proteção e integração das populações indígenas e outras populações tribais e semitribais, presentes na Convenção 107 de 1957 do mesmo organismo internacional, a Convenção 169 traz avanços significativos para o reconhecimento dos direitos diferenciados dos povos indígenas. (NASCIMENTO e OLIVEIRA 2012, p. 773-774).

A convenção da OIT de 1989 deixou de tratar os termos históricos dos índios como modelos frágeis e passou a dar autonomia de se auto identificar, reconhecer-se e o direito de lutar sem depender de intermediário, que não seria mais necessário alguns órgão indigenista para ter diálogo com instituições do governo, mas a legislação educacional de acordo com a EEI segundo os autores Rita Gomes do Nascimento e Luiz Antônio de Oliveira: "tais recomendações foram acolhidas, como demonstram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologadas pelo MEC em 2012".

O direito das comunidades indígenas de participarem ativamente da elaboração e implementação de políticas públicas a elas dirigidas e de serem ouvidas por meio de consultas livres, prévias e informadas nos projetos ou medidas legais que as atinjam, direta ou indiretamente, coaduna-se com os preceitos que regulamentam o direito à educação escolar diferenciada. Poder decidir e participar no processo de elaboração e implementação de projetos escolares é expressão das novas relações e diálogos estabelecidos entre povos indígenas e Estado nacional. (Parecer CNE/CEB n. 13/2012) (NASCIMENTO, OLIVEIRA, 2012, p.775)

A legislação educacional indicada pela EEI foram acolhidas e redefinidas pelo Conselho Nacional da Educação, esse documento sugerido deu um novo contexto passando a reconhecer o índio politicamente em uma estrutura mais firme como a do MEC, estas políticas se deu a partir da EEI e da FUNAI que se

regulamentou em portarias através do ministério da justiça juntamente com o MEC, neste regulamento fica reconhecido a destruição das culturas indígenas através das escolas que estavam sendo ofertadas a eles e passou ter a visão de reconstrução do conhecimento, na expectativa de interesses dos grupos étnico, reconstruindo seus costumes, crenças, línguas, entre outro, tal documento relatado pelos autores é a Portaria Interministerial MJ/ MEC nº 559, 16 de abril de 1991, neste documento foi redigido da seguinte forma:

Os ministros de estado da justiça e da educação, no uso de suas atribuições e considerando: que, historicamente, no Brasil, a educação às populações indígenas tem como serviço, como instrumento de aculturação e destruição das respectivas etnias, reivindicando todos os grupos indígenas hoje, uma escolarização formal com características próprias e diferenciadas, respeitadas e reforçadas suas especificidades culturais.

Então em 1991 surgem as diretrizes para a política da educação escolar indígena, uma mudança que exigiu reformular leis específicas deixando se ser integracionista e passando a ser multiplicidade cultural editada na Portaria Interministerial nº 559/91. O Ministério de Educação assumiu responsabilidades educacionais em terras indígenas onde uma das suas primeiras medidas foi a criação do Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena, este Comitê citado elaborou um documento chamado Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena, mas uma vez modificada passando para um contexto de diversidade cultural; já em 1996 passou a vigorar uma nova Lei de nº 9394/95 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que reafirma os preceitos regulamentado pelas constituições, a autora Lara Tatiana Bonin, 2012 diz que "Essa lei atribui à União a tarefa de organizar a educação escolar indígena, assim como a responsabilidade de assegurar proteção e respeito às culturas e modelos próprios de educação indígena", mas acredito que o maior avanço foi em 1999 quando o MEC homologou as Diretrizes Nacionais da escola indígena, elaborada pelo CNE que reconheceu a EEI uma modalidade com propósitos próprios na questão indigenista que naquele momento abrangia apenas os anos iniciais do ensino fundamental, porém uma educação básica conforme a escolarização de cada povo, ou seja, conforme a sua realidade. Além de parcerias com os próprios índios, com mais diálogos, ou seja, uma política educacional democrática. (NASCIMENTO, OLIVEIRA, 2012).

Com as parcerias e a ampliação do diálogos foi proporcional para que o MEC em 2009 convocasse a 1ª Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (CONEEI) na cidade de Luziânia (GO), na data de 16 a 20 de novembro, esse evento proporcionou uma avaliação na situação da EEI em uma visão dupla, onde apontou no primeiro momento os avanços e dificuldades e no segundo as diretrizes para a política de ensino, no congresso foram apontada as conquistas legais, o aumento da escola e presença dos indígenas na gestão, investimento do MEC, alimentação e formação dos professores, uma dificuldade apontada foi com o transporte e não reconhecimento das escolas indígenas pelo o conselho da educação, e a falta de construção das escolas indígenas de acordo com o sociocultural e ambientes de acordo com sua vivência, na perspectiva da escola proporcional a CONEEI apontou a elaboração de novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a EEI, onde se complementava a realidade atual com seu convívio, assim poderia criar seu próprio sistema de educação e ter uma gestão etnoterritorializada da EEI, essa dica de criar o território foi editada na mesma conferência instituída por meio do Decreto nº 6861 de 2009 ( TEEs). Assim o MEC passou definitivamente o compromisso de implantar Diretrizes para a instituição da política TEEs, os autores levanta o aspecto a ser considerado na atuação do MEC foi a distância entre Diretriz educacional e a implantação no sistema de ensino “os avanços verificados no plano legal parecem não alcançar efetivamente as secretarias e os conselhos de educação no plano se suas ações” (NASCIMENTO, OLIVEIRA, 2012, p.177).

## **2.4. AVANÇOS POLÍTICOS EDUCACIONAIS E A LDB**

Entre a realidade e os avanços das políticas obtidos, uma questão importante a ser relevado como estão sendo reconhecidas os direitos diferenciados já que surgiu uma distância entre as diretrizes e a implantação no sistema de ensino, pois segundo os autores (NASCIMENTO, OLIVEIRA 2012),

Tais avanços foram verificados e o plano legal não condiz ao alcance das secretarias e conselhos de educação na ação que ocorreria de acordo com a EEI, pois as diretrizes nacionais distinguiu tais responsabilidades de se alcançar os direitos indígenas aos municípios pois a maioria das escolas indígenas pertencem aos municípios como mostra uma pesquisa dos autores no qual foi relatado que segundo os estudos do Instituto Nacional, Anísio Teixeira (Inep) no ano de 2010 que existem 1.508 escolas municipais indígenas torno de (53,17%) e 1.308 escolas indígenas (46,13%).

O que se percebe que mesmo com os avanços e a gestão do MEC, não quer dizer que existe o reconhecimento de direitos diferenciados em relações do estado com os modelos a serem seguidos pelos municípios, existem muitos

desafios a serem conquistados, uma desses desafios é saber se as políticas estão sendo cumpridas, avaliar a secretária de educação se as normativas que extingue o conselho estão relativas e efetivas no cotidiano nas escolas indígenas.

Como deram sequência nos avanços de acordo com as leis a partir da Lei nº 10.639, que alterou o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei de nº 9.394/36, tornou obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

Devido percepção de aspectos a serem melhorados, em 10 de março de 2008, foi sancionada a Lei de nº 11.645/08 ampliando a Lei de nº 10.639/03 que inclui o ensino de história e da cultura dos povos indígenas brasileiros, alterando a LDB que passou a vigorar da seguinte maneira: Art. 26: "nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008),

Antes desse estudo/tema ser apontado nas escolas a Neves (2012) diz que:

O estudo dessas populações se fazia, geralmente, em função da história da colônia e da conquista do território pelos portugueses, reforçando a visão de que esses povos são "perdedores" e que seriam, em algum momento, definitivamente aculturados ou extintos. (NEVES 2012, p.69)

A Constituição Federal (1988) possibilitou uma suposta recuperação de culturas, mas ainda existe uma série de problemas a serem resolvidas, que apesar das leis as escolas não conseguem cumprir seu propósito legal, pois o que se percebe que ao longo dos anos diversas organizações políticas educacionais foram fragmentadas descontínuas como aponta a autora Bonin (2012) que:

[..]oferta oficial de educação escolar indígena, em estados e municípios, ainda marcado por escassez de recursos, imposição de programas, desrespeito às decisões indígenas, falta de professores e de investimentos na qualificação dos profissionais indígenas".o que se pode notar é a falta de implementação das leis no ambiente escolar, os municípios precisam ficar mais atentos ao currículo, outro ponto de se encontram divergências é a falta de professores qualificados e material didático específico, pois as diretrizes foi instituída como: Diretrizes curriculares nacional a educação das relações etnico-racial, e ensino de história e cultura afro brasileira, assim é necessário a inclusão do estado sobre as temáticas e o municípios contemplam. (BONIN, 2012, p. 34)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da trajetória política e histórica dos indígenas do Brasil podemos concluir que as lutas que eles vivenciaram, e ainda vivenciam, lhes proporcionaram algumas conquistas. A luta indígena diante de conquistas nas leis vêm sendo adquiridas com muitas dificuldades, pois os avanços sempre foram muito lentos, ainda mais, quando se trata de educação. Quando hoje, nos deparamos com leis bem elaboradas, mas que na prática não fazem jus a si, não podemos esquecer que os indígenas, desde o “descobrimento do Brasil” vêm sofrendo e lutando para adquirir seus direitos.

Pensando no índio como um ser vivente e ativo, rico em sua cultura, que nos deixou várias hábitos e costumes, que representa a nossa herança genética, cultural e social, não podemos deixá-los de lado. Ao contrário devemos valorizar cada luta e conquista, levando em conta que eles fazem parte de nós.

Quando hoje, nos deparamos com indígenas existentes no Brasil, somos desafiados a uma reinterpretação de seu passado histórico. A presença de índios, no contexto atual da nossa sociedade brasileira, é a prova da capacidade de resistir destes povos.

Vimos também que os índios não se fecharam ao novo, pelo contrário, eles sempre buscaram preservar suas culturas. A educação e a luta dos historiadores, a partir de uma releitura de fontes documentais, recuperar o papel histórico de atores nativos na formação da sociedade brasileira, foi um modo de ajudar na não extinção desses povos e suas culturas. Devemos repensar o significado da educação indígena a partir de sua história, preservando sua cultura e identidade, cabe a escola capacitar pessoas para que eles sejam valorizados a formação de sua existência.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e do Brasil.** São Paulo: Moderna, 2006.

BARBOSA, Marco Antônio. **Direito Antropológico e Terra Indígenas no Brasil.** São Paulo: Plêiade, 2004.

BONIN, Iara Tatiana. Povos Indígenas & Educação, **Educação escolar indígena e docência: princípios e normas na legislação em vigor**, Maria Aparecida Bergamaschi, Maria Isabel Habckost Dalla Zen, Maria Merino de Freitas (Orgs) Ed. Mediação, Porto Alegre p. 33-49, 2012.

GARFIED, Seth e COLLEGE, Bowdoin. **As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o estado-nação na era Vargas.** Revista Brasileira de História, ano 2000, p. 15-42, São Paulo/SP. 2000.

KURROSCH, Andréia Rosa da Silva; SOUSA, Fernanda Bravo; VENZON, Rodrigo Allegretti. Povos indígenas & Educação. **Povos indígenas, história, memória e educação**; Maria Aparecida Bergamaschi, Maria Isabel Habckost Dalla Zen, Maria Merino de Freitas (Orgs) Ed. Mediação, Porto Alegre p. 149-159, 2012.

MEDEIROS, Juliana Schneider. Povos indígenas & Educação. **Povos indígenas e a Lei nº. 11.645: (in)visibilidade no ensino da história do Brasil**; Maria Aparecida Bergamaschi, Maria Isabel Habckost Dalla Zen, Maria Merino de Freitas (Orgs) Ed. Mediação, Porto Alegre p. 49-63, 2012.

MOREIRA, Vânia. **O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império.** Revista Brasileira de História, ano 2010, p.53-72, São Paulo/SP. 2010.

NEVES, Ana Maria Bergamin. **Interações: raízes históricas brasileiras**; Ministério da Educação FNDE professor 2013; coleção InterAções; coordenação Josca Ailine Baroukh, Organizadora Maria Cristina Carapeto Lavrador Alves, ed. Edgard Blücher Ltda, 2012.

OLIVEIRA, Luiz Antonio; NASCIMENTO, Rita Gomes. **Roteiro para uma educação escolar indígena: notas sobre a relação entre política indigenista e educacional.** Campinas, p. 765-781, Jul: Set.2012.

RIBEIRO, Berta Gleizer. **O índio na cultura brasileira.** Rio de Janeiro: Revan, 2000.

RODRIGUES, Cintia Régia. **A construção da política indígena na primeira República brasileira a partir das ideias de modernidade.** Revista TELLUS , ano 11, p. 203-223, Campo Grande/MG. Jul/Dez.2011.

RODRIGUES, Cintia Régia. **O positivismo, o estado nacional e as populações**

**fetichista no Brasil.** Anais do XXVI. Simpósio de História -ANPUH. São Paulo, Julho 2011.

SIMAN, Lana Mara de Castro. Pintando o descobrimento: o ensino de História e o imaginário de adolescentes. In. SIMAN, Lana Mara de Castro & FONSECA, Thaís Nivia de Lima e (Orgs.). **Inaugurando a História e construindo a nação:** discursos e imagens no ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SILVA, Maria da Penha, **A temática indígena na sala de aula:** reflexão para o ensino a partir da Lei 11.645/2008. Recife; Pernambuco:UFPE, 2016.